

# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO .....	13
--------------------	----

<b>A ANS E A EFETIVIDADE DE SUA MISSÃO – DIFICULDADES, PERSPECTIVAS, CONTROLE EFICAZ DOS FORNECEDORES</b>	
<b>Angélica Carlini .....</b>	<b>15</b>
1 Introdução.....	15
2 A Agência Nacional de Saúde e o projeto de uma administração pública dialógica .....	16
3 Dificuldades, perspectivas e controle eficiente dos operadores de saúde suplementar no Brasil.....	23
4 Conclusão.....	26
Referências.....	27

<b>OS DESAFIOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COMO SISTEMA NACIONAL</b>	
<b>Dirceu Aparecido Brás Barbano.....</b>	<b>29</b>
1 Introdução.....	29
2 Desenvolvimento.....	32
3 Comentários finais.....	36
Referências.....	37

<b>VIGILÂNCIA SANITÁRIA: DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE</b>	
<b>Ediná Alves Costa .....</b>	<b>39</b>
Introdução.....	39
1 Escopo da atuação da vigilância sanitária .....	40
2 Características dos objetos de cuidado.....	41
3 Características das ações.....	42
4 O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).....	43
5 Notas sobre registro de medicamentos .....	47
Referências.....	52

<b>BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SAÚDE PRIVADA, PÚBLICA E JUDICIALIZAÇÃO DA MEDICINA</b>	
<b>Eudes de Freitas Aquino</b> .....	55

<b>OS PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS E O CÓDIGO DO CONSUMIDOR: PRINCIPAIS QUESTÕES GERADORAS DE CONFLITO ENTRE PLANOS DE SAÚDE E CONSUMIDORES</b>	
<b>Fátima Nancy Andrighi</b> .....	63
I Súmula nº 302/STJ.....	66
II Informação e publicidade integram o contrato – Período de carência ...	67
III Abusividade de cláusula contratual em contrato de seguro-saúde excludente de transplante.....	69
IV Extensão da cláusula genérica de cobertura de plano de saúde à técnica operatória que passou a ser reconhecida nos meios médicos brasileiros em data posterior à contratação. Negativa de cobertura que gera reparação de dano moral.....	71
V Afastamento de cláusula de exclusão de cobertura por doença preexistente, em seguro habitacional, por ausência de prévio exame médico.....	73
VI Abusividade de cláusula contratual em contrato de seguro-saúde que afasta a cobertura de tratamento para AIDS/SIDA.....	73
VII Ilegalidade de reajuste e de rescisão de contrato de saúde com segurado idoso em razão da mudança de faixa etária.....	74
VIII Questões processuais.....	75
a) Prescrição da ação civil pública em que se discute cláusula abusiva....	76
b) Legitimidade do Ministério Público.....	77
IX Conclusão.....	79

<b>SAÚDE DIREITO DE TODOS, SAÚDE DIREITO DE CADA UM: REFLEXÕES PARA A TRANSIÇÃO DA PRÁXIS JUDICIÁRIA</b>	
<b>Gustavo Amaral</b> .....	81
1 Políticas públicas ou direito subjetivo?.....	82
2 A doutrina nacional.....	83
3 Premissas inafastáveis no enfrentamento da questão.....	86
4 A questão da escassez.....	86
5 A escassez na saúde no Brasil.....	92
6 Comando aberto nos direitos a cuidados de saúde.....	97
7 A judicialização do SUS.....	105
8 Exemplos recentes da Jurisprudência comparada.....	108
9 Sugestões para uma nova abordagem no Brasil.....	111
Referências.....	112

## A TITULARIDADE SIMULTANEAMENTE INDIVIDUAL E TRANSINDIVIDUAL DOS DIREITOS SOCIAIS ANALISADA À LUZ DO EXEMPLO DO DIREITO À PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

<b>Ingo Wolfgang Sarlet</b> .....	117
1 Notas introdutórias .....	117
2 A titularidade dos direitos sociais no âmbito da Constituição Federal de 1988.....	120
2.1 Dignidade da pessoa humana e o princípio da universalidade: por um rol inclusivo em termos de titularidade dos direitos fundamentais.....	120
2.2 A titularidade (individual e/ou transindividual?) dos direitos sociais como problema jurídico-constitucional .....	126
3 A dupla dimensão individual e transindividual do direito à saúde e sua relevância no campo da exigibilidade dos direitos sociais como direitos subjetivos a prestações.....	136
4 Considerações finais.....	143
Referências.....	144

## SAÚDE NA IDADE – POR QUE DIFERENCIAR PREÇOS DOS PLANOS DE SAÚDE POR IDADE E CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA NÃO APLICAÇÃO DOS REAJUSTES PREVISTOS EM CONTRATO

<b>José Cechin</b> .....	149
1 Introdução.....	149
2 Princípios do seguro e aplicação aos planos e seguros de saúde .....	152
3 Perfil etário das despesas com saúde.....	153
4 Formação do preço, seus contornos legais e reajustes .....	157
5 Impactos econômicos da não aplicação dos reajustes .....	160
6 Planos e seguros de saúde, o CDC e o Estatuto do Idoso.....	163
7 Principais causas geradoras de conflito.....	165
8 Conclusões.....	169

## O JUDICIÁRIO E A ÉTICA NA SAÚDE

<b>José Renato Nalini</b> .....	171
---------------------------------	-----

## O PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

<b>Juliana de Sousa Gouvêa Russo, Marlo Russo</b> .....	179
1 Introdução.....	179
2 Sistema público e sistema privado de assistência à saúde .....	180
3 Do consumidor e o plano de saúde.....	184
4 Da Agência Nacional de Saúde Suplementar .....	185
5 Da cobertura legal e contratual do plano de saúde .....	186
6 Da carência.....	190

7	Doenças e lesões preexistentes.....	194
8	Rede credenciada.....	198
9	Segmentação assistencial.....	200
10	Rol de procedimentos e sua utilização.....	203
11	Conclusão.....	205
	Referências.....	206

## TERCEIRO SETOR, SAÚDE E TRABALHO: ENTRE FUNÇÃO SOCIAL E ESTRUTURA JURÍDICA, A SITUAÇÃO JURÍDICA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

	<b>Luciane Cardoso Barzotto</b> .....	207
	Introdução.....	207
1	O terceiro setor e a saúde: o princípio da subsidiariedade e a qualificação jurídica das entidades.....	209
	Subsidiariedade, complementariedade e o direito fundamental à saúde.....	210
	Terceiro setor e a saúde: qualificação jurídica para a atuação.....	213
	OS (Organização Social).....	215
	OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).....	216
2	O terceiro setor na saúde e os aspectos sociais dessa atuação: as ONGs.....	219
	a) AIDS.....	220
	b) Saúde da mulher.....	221
	c) Ações judiciais para aquisição de remédios.....	221
3	O terceiro setor e o trabalho na saúde: a situação dos agentes comunitários de saúde.....	223
	Os direitos dos agentes comunitários de saúde na lei e nas decisões dos tribunais.....	226
	A terceirização nos serviços de saúde e os agentes comunitários de saúde.....	238
	O problema dos servidores públicos ACSs (Agentes Comunitários de Saúde) depois da ADIn nº 2.135-4 de 2007.....	243
	Fundações instituídas pelo poder público mas regidas pelo direito privado e os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs).....	245
	Considerações finais.....	249
	Referências.....	252

## DIREITO À SAÚDE E A MANEIRA MAIS EFICIENTE DE PROVER DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA PERSPECTIVA DE DIREITO E ECONOMIA?

	<b>Luciano Benetti Timm</b> .....	255
	Introdução.....	255
I	Introdução ao Direito e Economia.....	259
II	Aplicação da análise econômica aos direitos fundamentais.....	263

II.A	O melhor mecanismo de justiça social é a tributação.....	264
II.B	Eficiência e direito fundamental à saúde: a melhor ponderação.....	267
II.C	Meio processual adequado.....	270
III	Conclusão.....	271

## O MERCADO DE SAÚDE SUPLEMENTAR – A BUSCA DO EQUILÍBRIO

<b>Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior</b> .....	273	
1	Introdução.....	273
2	Breve história.....	274
3	A legislação.....	276
4	O SUS e o setor privado de assistência à saúde .....	282
5	O mercado de saúde suplementar.....	284
a)	Beneficiários.....	287
b)	Operadoras .....	289
c)	Prestadores de serviço.....	293
6	Os desafios .....	296
7	O que poderia ser feito? .....	298
8	Conclusão.....	298
	Sugestão ou fontes para aprofundamento .....	300
	Referências.....	300

## PATENTES FARMACÊUTICAS E A ANUÊNCIA PRÉVIA DA ANVISA: A INEXEQUIBILIDADE DO PARECER DA AGU

<b>Marcela Fogaça Vieira, Renata Reis, Eloísa Machado</b> .....	303	
Introdução.....	303	
1	O atual sistema de proteção à propriedade intelectual para produtos e processos farmacêuticos e as peculiaridades do caso brasileiro.....	306
1.1	A regulação internacional e sua aplicabilidade no Brasil .....	307
1.2	O impacto das patentes no acesso a medicamentos .....	312
2	A anuência prévia da ANVISA.....	316
2.1	Anuência prévia na prática – Importância para a proteção da saúde pública.....	320
3	A interpretação da AGU sobre a anuência prévia da ANVISA.....	325
i)	Finalidade institucional da ANVISA .....	327
ii)	Nocividade para a saúde humana e requisitos de patenteabilidade.....	332
iii)	Aplicação da anuência prévia para todos os pedidos de patente na área farmacêutica, e não apenas para os pedidos feitos pelo mecanismo <i>pipeline</i> .....	335
iv)	Ato administrativo complexo .....	337
v)	Possibilidade de apresentação de subsídio ao exame .....	338
4	A posição do governo brasileiro em âmbito internacional.....	338
5	A anuência prévia da ANVISA no Poder Judiciário.....	339
	Conclusão.....	343

## ESCOLHAS PÚBLICAS E PROTOCOLOS CLÍNICOS – O ORÇAMENTO, AS RENÚNCIAS NECESSÁRIAS E OS NOVOS PROJETOS DE LEIS

<b>Maria Inez Pordeus Gadelha</b> .....	345
Considerações gerais sobre o financiamento do SUS .....	345
A bioética das escolhas e a incorporação tecnológica .....	347
A questão judiciária no SUS .....	348
A protocolização como garantia assistencial e superação de conflitos .....	349
Considerações finais .....	350
Referências .....	351

## DA DENOMINADA “JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE”:

### PONTOS E CONTRAPONTO

<b>Milton Augusto de Brito Nobre</b> .....	353
1    Introdução .....	353
2    O CNJ e as políticas públicas de saúde .....	354
3    Judicialização da saúde: um sentido, entre muitos .....	356
4    Judicialização da saúde: realidade, um mito ou um mote .....	360
5    Para concluir .....	364
Referências .....	365

## VERTENTES LEGAIS DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE E AS ATUAIS INTERVENÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NESTA ESFERA DA CIDADANIA DO BRASILEIRO

<b>Nelson Tomaz Braga</b> .....	367
---------------------------------	-----

## ÉTICA NA SAÚDE – CONFLITO DE INTERESSES – DUPLA MILITÂNCIA (LEIS STARK)

<b>Newton De Lucca</b> .....	377
I    Considerações introdutórias .....	377
II   O conceito de ética – A interminável discussão sobre a distinção entre ética e moral .....	380
III  Breve esboço histórico da relação médico-paciente .....	392
IV   O direito à saúde na ordenação jurídica brasileira .....	394
V    O conflito de interesses e a experiência estadunidense das Leis Stark I e Stark II .....	401
Referências .....	402

## O FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

<b>Ricardo Augusto Dias da Silva</b> .....	405
--	-----

O PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA TUTELA JUDICIAL  
INDIVIDUAL E COLETIVA, E EM OUTROS MEIOS DE SOLUÇÃO  
DE CONFLITOS, JUNTO AO SUS E AOS PLANOS PRIVADOS DE  
SAÚDE

Ricardo Perlingeiro.....429

SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS SÃO POSSÍVEIS NA  
ÁREA DA SAÚDE

Vitore André Zilio Maximiano.....443

SOBRE OS AUTORES.....449